

# ICMBio

Edição 452- Ano 11 - 19 de Janeiro de 2018

*em foco*

Instituto regulamenta  
turismo embarcado  
em Abrolhos

PÁGINA 15

Fiscalização evita crime  
ambiental no Parque  
Nacional do Viruá

PÁGINA 2

Edital destina R\$ 300 mil  
para apoiar projetos na  
Mata Atlântica

PÁGINA 6

ICMBio define  
municípios de unidades  
descentralizadas

PÁGINA 12

# Fiscalização evita crime ambiental no Parque Nacional do Viruá

Samuel Lima Rodrigues



Durante a operação foram apreendidas 6 embarcações e 70 redes de pesca

Uma operação de fiscalização do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), em parceria com a Companhia Independente de Policiamento Ambiental de Roraima (Cipa), resultou no flagrante de uma quadrilha que planejava um grave ataque ambiental, durante a virada do ano, no interior do Parque Nacional do Viruá, situado no município de Caracaraí, em Roraima. O flagrante, ocorrido no rio Iruá, principal rio do parque, foi o maior já realizado dentro da UC. Junto à quadri-

lha, formada por 10 pessoas, foram apreendidas 6 embarcações, 4 motores e 70 redes de pesca (conhecidas na região como malhadores).

“Eles foram muito ousados. Aproveitaram uma troca de turno entre equipes da base temporária na boca do rio para ingressar na unidade, pensando que a operação havia encerrado para a noite de fim de ano”, explicou Samuel Lima Rodrigues, coordenador da operação. “Mas, na manhã seguinte,

quando abordamos um barco próximo ao local, desconfiamos que estivesse dando cobertura a algum ilícito no interior do parque e fomos averiguar”, relatou. A operação, iniciada no dia 19 de dezembro, contou com a participação de 12 policiais da Cipa, distribuídos em 6 embarcações.

De acordo com o comandante da Cipa, capitão Francisco Ponciano de Almeida, se para a sociedade em geral este é um período de descanso, para a fiscalização no

parque é justamente o contrário, pois é o período de maior pressão da pesca ilegal e do tráfico de tartarugas na região. “Nessa época do ano, além da estiagem concentrar os peixes nos lagos e igarapés, e favorecer a desova das tartarugas, há um aumento também na demanda para atender às festas de Natal e ano novo”, explica Almeida.

“Não fosse a operação, o impacto sobre a fauna da unidade seria gravíssimo, porque 70 redes de pesca ao mesmo tempo em

diferentes pontos podem fazer um estrago muito grande, dizimando milhares de peixes”, explicou a chefe substituta do Parque Nacional do Viruá, Beatriz Ribeiro. “Foi importantíssimo ter encontrado as redes nos barcos antes de serem instaladas, evitando que o dano ocorresse”, ressaltou.

Segundo Beatriz, o igapó (floresta inundada) do rio Iruá é um importante berçário para a fauna aquática da região, e sua conservação é fundamental para a manutenção do estoque pesqueiro no município, uma vez que serve de local de reprodução e fonte de alimentos para dois grandes rios: Branco e Anauá. “Esta importância se tornou maior ainda devido aos efeitos do último grande El Niño, ocorrido entre 2015 e 2016, que provocou a maior estiagem dos últimos 20 anos, reduzindo fortemente o estoque pesqueiro da região”, afirmou. “Se não fosse o parque protegendo essa área, a situação atual da pesca na região seria gravíssima”.

## SÍTIO RAMSAR

Criado em 1998, o Parque Nacional do Viruá possui mais de 500 espécies registradas de peixes, sendo considerado o atual recordista em diversidade de peixes de água doce no Brasil. Graças a isso, a UC foi reconhecida em 22 de março de 2017 como o primeiro Sítio de Importância Mundial para a Conservação das Áreas Úmidas (Ramsar) no estado de Roraima, título dado às áreas úmidas de maior relevância para a conservação ambiental no planeta.

A operação de fiscalização, que inclui também o combate ao tráfico de quelônios dentro e fora da unidade de conservação, está sendo custeada com recursos do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa) e segue até março.

# Cepene realiza capacitação para casos de encalhe de peixe-boi

No último dia 11, o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Nordeste (Cepene/ICMBio), responsável pelo Programa de Conservação do Peixe Boi Marinho, realizou em sua base avançada na Ilha de Itamaracá (PE) um curso de capacitação para cinco agentes da Guarda Civil Municipal de Olinda (GCMO).

A capacitação abordou temas relacionados à espécie *Trichechus manatus manatus*, como biologia, área de ocorrência, manejo clínico e procedimentos básicos em caso de ocorrência e encalhes de peixes-bois. O curso teve duração de quatro horas e incluiu aula prática com manejo de animal.

## ATENDIMENTOS NO LITORAL PERNAMBUCANO

Nos últimos anos, a equipe do Cepene/Itamaracá tem realizado atendimentos aos animais que frequentam as praias movimentadas do município de Olinda. Muitos desses

animais foram reintroduzidos na base da APA Costa dos Corais em Porto de Pedras (AL) e se deslocaram para o litoral de Pernambuco.

Em Olinda os animais encontram um local propício para alimentação, com bancos de algas e capim agulha. Contudo, muitos desses locais são praias urbanas bastante movimentadas, onde ocorre constante interação com banhistas, aumentando o risco de encalhes dos animais.

“Temos uma equipe reduzida e dificuldades logísticas para realizar os atendimentos. Além disso, em 98% das ocorrências em Olinda o animal não está de fato encalhado. Temos contado sempre com o apoio dos agentes da Guarda Civil Municipal quando solicitamos. Ter estes agentes capacitados para os primeiros atendimentos contribui bastante para o sucesso de nossas ações de conservação”, ressalta Iara Sommer, analista ambiental responsável pela base do Cepene em Itamaracá.



Curso incluiu uma aula prática com manejo de peixe-boi

# Flona do Bom Futuro aposta em ações de fiscalização e reflorestamento

Alvo da cobiça de madeireiros ilegais e grileiros, a Floresta Nacional do Bom Futuro (RO) sofreu nova tentativa de invasão na região leste da UC durante o segundo semestre de 2017. Após mandado de reintegração de posse expedido pela Justiça Federal, a Operação Integração retirou os invasores da Flona no último mês de novembro. A ação, que ocorreu de forma pacífica, contou com três fiscais do ICMBio, um helicóptero do Núcleo de Operações Especiais de Rondônia e apoio de 70 policiais da PM/RO.

“Mudamos a estratégia e divulgamos a operação, pontuando nos municípios do entorno da UC as consequências para aqueles que fossem pegos grilando/loteando ou confrontassem as forças do estado. A equipe demoliu barracos na região leste da unidade, deu destinação sumária a alguns bens de infratores que não puderam ser retirados e aplicou multas em infratores qualificados que somaram mais de R\$ 1 milhão”, relata o analista ambiental Ronilson Barbosa.

## REFLORESTAMENTO

Paralelamente às atividades de fiscalização, foram finalizados em dezembro de 2017 os trabalhos de reflorestamento de mais 72 hectares de áreas degradadas no interior da Flona do Bom Futuro. A atividade foi fruto da parceria entre a gestão da UC e a Empresa Norte Brasil Transmissora de Energia. Após mais essa etapa de recuperação de áreas degradadas, Bom Futuro soma 200 hectares de áreas reflorestadas.

Vitrine desse trabalho pioneiro em UCs federais de Rondônia, a Flona aguarda para o segundo semestre de 2018 a recuperação de mais 325 hectares através da parceria com a empresa Interligação Elétrica do Madeira. “Vale ressaltar que em algumas parcelas desse reflorestamento foram utilizadas mu-

das produzidas no viveiro artesanal que a UC possui. A manutenção do viveiro é conduzida por brigadistas e indígenas da TI Karitiana”, informa Barbosa.

## PLANO DE MANEJO

Quase 30 anos após a criação da UC, teve início no último bimestre de 2017 o trabalho de elaboração do Plano de Manejo da Flona do Bom Futuro. A iniciativa conta com o apoio do Projeto Gestão Florestal para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia e com a colaboração fundamental das servidoras da Coman/Diman, Augusta Rosa Gonçalves e Leide Jane Vieira.

O inventário florestal nos moldes do Serviço Florestal Brasileiro, um dos produtos mais trabalhosos de campo, tem recebido todo o apoio da gestão unidade. “É difícil eleger prioridades em uma unidade que tem tanto a recuperar, mas a elaboração do Plano de Manejo da Flona é um marco. Esperamos sinceramente que com mais esse instrumento de gestão boas perspectivas possam se abrir”, conclui o analista Ronilson Barbosa.



Operação Integração retirou invasores da Flona no último mês de novembro

# Edital destina R\$ 300 mil para apoiar projetos na Mata Atlântica

A SOS Mata Atlântica e a Repsol Sinopec Brasil acabam de lançar um edital que destina R\$ 300 mil para apoiar projetos que fortaleçam parques e reservas na Mata Atlântica e em ambientes marinhos. O objetivo da iniciativa é aproximar a sociedade brasileira das unidades de conservação (UCs) públicas e privadas. As propostas poderão ser enviadas até o dia 28 de fevereiro (confira o edital no link: <https://goo.gl/YHgbsl>)

Os projetos devem ter o valor máximo de R\$ 30 mil e podem contemplar atividades para engajamento de voluntários, estímulo à visitação, formação de guias, monitoramento participativo, atividades educativas e de pesquisa, entre outras ações que tragam mais presença da sociedade para as UCs. Podem participar instituições privadas com ou sem fins lucrativos, tais como associações, fundações, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) ou consultorias.

“O apoio às unidades de conservação, sobretudo marinhas, está diretamente ligado aos pilares da SOS Mata Atlântica. Entre nossas principais causas estão a valorização dos parques e reservas e a proteção do mar”, afirma Marcia Hirota, diretora executiva da SOS. “A parceria com a Repsol Sinopec Brasil em editais anteriores viabilizou a execução de projetos em 25 UCs que somam mais de 1 milhão de hectares protegidos na zona costeira da Mata Atlântica, além de terem proposto a criação de três novas unidades de conservação”, ressalta Diego Igawa Martinez, biólogo da SOS Mata Atlântica.

Segundo o diretor de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação do ICMBio, Cláudio Maretti, o edital abre mais uma chamada de projetos voltados para o fortalecimento e a implementação de UCs. “O propósito é promover o engajamento da sociedade brasileira com essas

áreas protegidas, ampliando o conhecimento e a participação social nessa causa. Iniciativas que garantam a presença de pessoas nas unidades, seja por meio de ações e atividades de uso público, de pesquisa aplicada à gestão, do engajamento de usuários, visitantes e voluntários, formação de condutores ou guias e de outras ações que contribuam para melhorar os serviços prestados por essas UCs, serão o alvo deste edital”, destaca Maretti

Ao longo de seus 31 anos, a SOS Mata Atlântica já apoiou mais de 500 UCs públicas e privadas no bioma Mata Atlântica e ambientes costeiros e marinhos. Em 2010, teve início a parceria com a Repsol Sinopec Brasil no programa Costa Atlântica e esse trabalho conjunto já beneficiou 27 iniciativas em 10 estados, com aporte de mais de R\$ 1 milhão.

“Investimos na criação de oportunidades sociais, sendo a proteção e a conservação da biodiversidade e dos recursos que ela nos proporciona um aspecto essencial. Nossos investimentos em meio ambiente estão direcionados para preservação da biodiversidade marinha, pesquisa, educação e sensibilização, que se traduzem na parceria com a Fundação SOS Mata Atlântica”, destaca Leonardo Junqueira, CEO da Repsol Sinopec Brasil.

## SOBRE A SOS MATA ATLÂNTICA

A Fundação SOS Mata Atlântica atua desde 1986 na proteção da floresta mais ameaçada do país. A ONG realiza diversos projetos nas áreas de monitoramento e restauração da Mata Atlântica, proteção do mar e da costa, políticas públicas e melhorias das leis ambientais, educação ambiental, campanhas sobre meio ambiente, apoio a reservas e unidades de conservação, dentre outros. Todas essas ações contribuem para aumentar a qualidade de vida, já que vivem na Mata Atlântica mais de 72% dos brasileiros.

## SOBRE A REPSOL SINOPEC BRASIL

A Repsol Sinopec acaba de completar 20 anos no Brasil. Hoje, concentra suas atividades no setor de exploração e produção de petróleo e gás nas bacias de Campos, Espírito Santo e Santos e está entre as maiores produtoras do país. O cuidado com o meio ambiente e a proteção da biodiversidade são compromissos essenciais para a companhia, que estabelece sua atuação baseada em critérios de responsabilidade e transparência. Orientada por essas premissas, a Repsol Sinopec mantém há 12 anos a parceria com a Fundação SOS Mata Atlântica, apoiando iniciativas para a proteção e sustentabilidade dos ambientes marinhos e costeiros, restauração florestal e educação ambiental, por meio dos programas Costa Atlântica, Florestas do Futuro e A Mata Atlântica é Aqui!.

# Chapada dos Veadeiros e Parna das Emas comemoram 57 anos

O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros completou 57 anos no último dia 11. Criado em 1961, é hoje um dos parques mais visitados do ICMBio e protege centenas de nascentes. Segundo registros, a unidade recebeu, de janeiro a outubro de 2017, 56.283 visitantes, que usufruíram das belíssimas cachoeiras e paisagens naturais. "O parque não foi feito para o ICMBio, e sim para a sociedade", afirma o chefe da unidade, Fernando Tatagiba.

No ano passado, o Parna foi ampliado de 65 mil para 240 mil hectares, ou seja, quase quadruplicou de tamanho, por decreto assinado pelo presidente da República. Isso assegurou o título de Patrimônio Mundial da Humanidade, concedido pela Unesco.

No entanto, a Chapada viveu em outubro do ano passado momentos tristes. Foram 20 dias de incêndio, que castigou esse paraíso no meio do Cerrado brasileiro, consumindo cerca de 75 mil hectares. A experiência, entretanto, uniu poder público e sociedade no combate ao incêndio, que extrapolou os limites do parque. De acordo com a equipe da UC, o envolvimento da sociedade civil foi fundamental para que o fogo fosse combatido.

Hoje, quase três meses após o incêndio e com ajuda da chuva, o parque se recupera. A Chapada é um refúgio de espécies ameaçadas de extinção ou endêmicas, como o cervo-do-Pantanal, lobo-guará, pato-mergulhão e a onça-pintada, maior mamífero carnívoro da América do Sul.

A boa notícia é que a Chapada dos Veadeiros receberá neste ano investimentos de R\$ 10 milhões. Os recursos são provenientes do mecanismo de compensação ambiental previsto na Medida Provisória (MP) 809/2017, aprovada em 1º de dezembro de 2017. A MP define novas regras para a aplicação de recursos da compensação ambiental e permite aumentar o prazo para a contratação de brigadistas. Os recursos foram anunciados em dezembro do ano passado.

Centenas de nascentes – O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros está localizado no nordeste do estado de Goiás, entre os municípios de Alto Paraíso e Cavalcante. Protege diversas formações vegetais, centenas de nascentes, rochas com mais de 1 bilhão de anos, além de paisagens de rara beleza, com feições que se alteram ao longo do ano. Além da conserva-

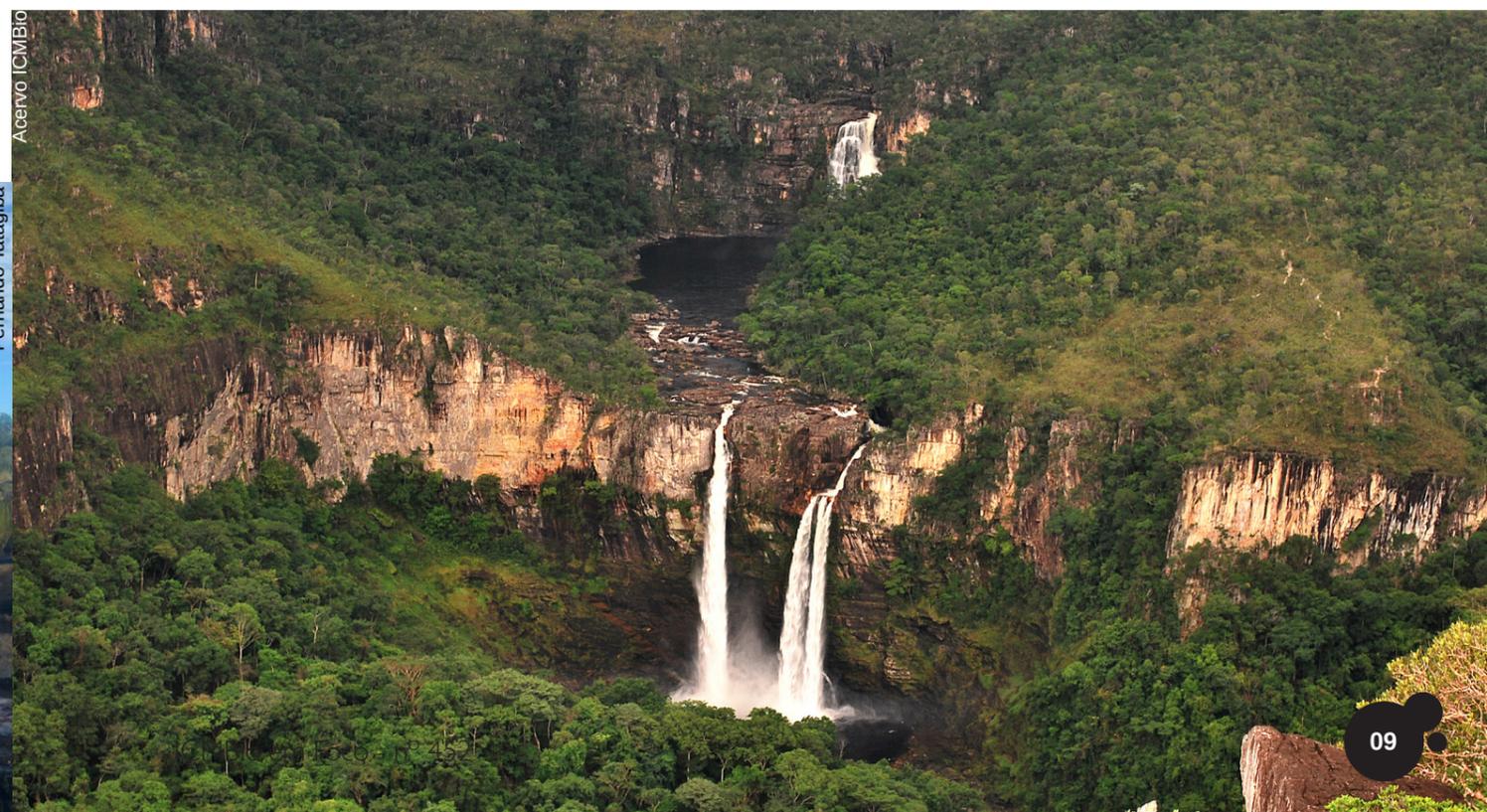
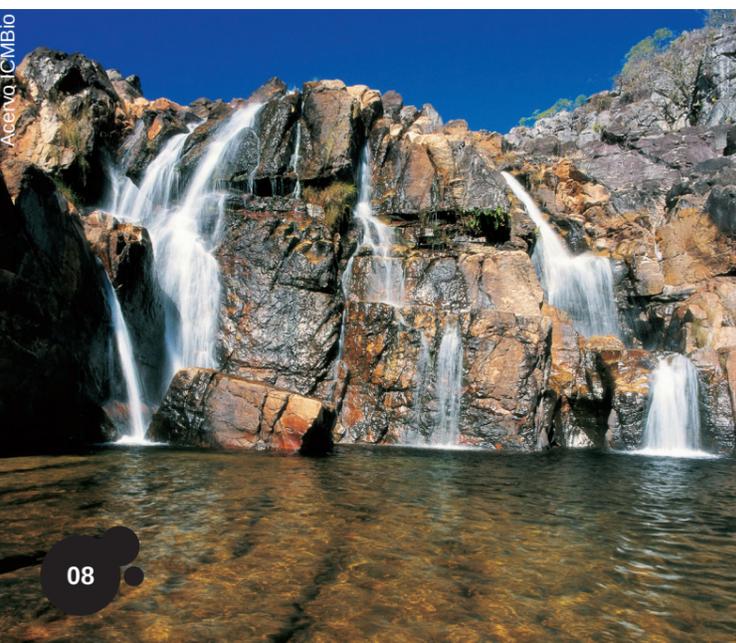


Equipe da Chapada dos Veadeiros comemora os avanços na gestão da unidade

ção, o parque tem como objetivos a pesquisa científica, a educação ambiental e a visitação pública. As caminhadas e banhos de cachoeira são as principais atividades oferecidas pela UC, que abriga as imensas paisagens da Chapada numa viagem pelo Cerrado brasileiro e suas antigas rotas usadas por garimpeiros, hoje utilizadas pelos visitantes.

## EMAS

Também situado em Goiás, o Parque Nacional das Emas comemora aniversário junto com a Chapada dos Veadeiros. Criado em 11 de janeiro de 1961, preserva uma grande área do Cerrado brasileiro, de grande importância para a conservação de diversas espécies da flora e





Parque Nacional das Emas investe na sinalização

fauna. Segundo o chefe da unidade, Marcos da Silva Cunha, um dos destaques para esses 57 anos é o início das atividades do Programa de Voluntariado no parque.

“O Programa de Voluntariado proporciona oportunidades e experiências para as pessoas contribuírem em diversas atividades internas da unidade, além de poder usufruir de um local em que a preservação ambiental convive com as atividades de uso público, visitação e educação ambiental”, ressalta Marcos. Nos primeiros dois meses de atividades, o parque já contou com a participação de 10 voluntários, que realizaram diversas ações.

Segundo Marcos, os voluntários fizeram uma avaliação das áreas queimadas por incêndios naturais, que são originados por raios e ocorrem no período chuvoso. Eles mapearam essas áreas e avaliaram a resposta da fauna e da flora ao regime de fogo natural. O objetivo é fornecer informações que subsidiem a gestão da unidade de conservação a tomar decisões quanto à necessidade de revisão do atual plano de manejo do fogo.

Os voluntários também participam de pesquisa de manejo de fauna, apoiando a instalação de câmeras automáticas de filmagem e fotografia que registram os animais no interior do parque. Além disso, percorreram as trilhas de bicicleta a fim de complementar o monitoramento. “Com essas atividades está sendo possível obter importantes informações sobre a fauna local. Os primeiros levantamentos já registraram espécies de enorme relevância eco-

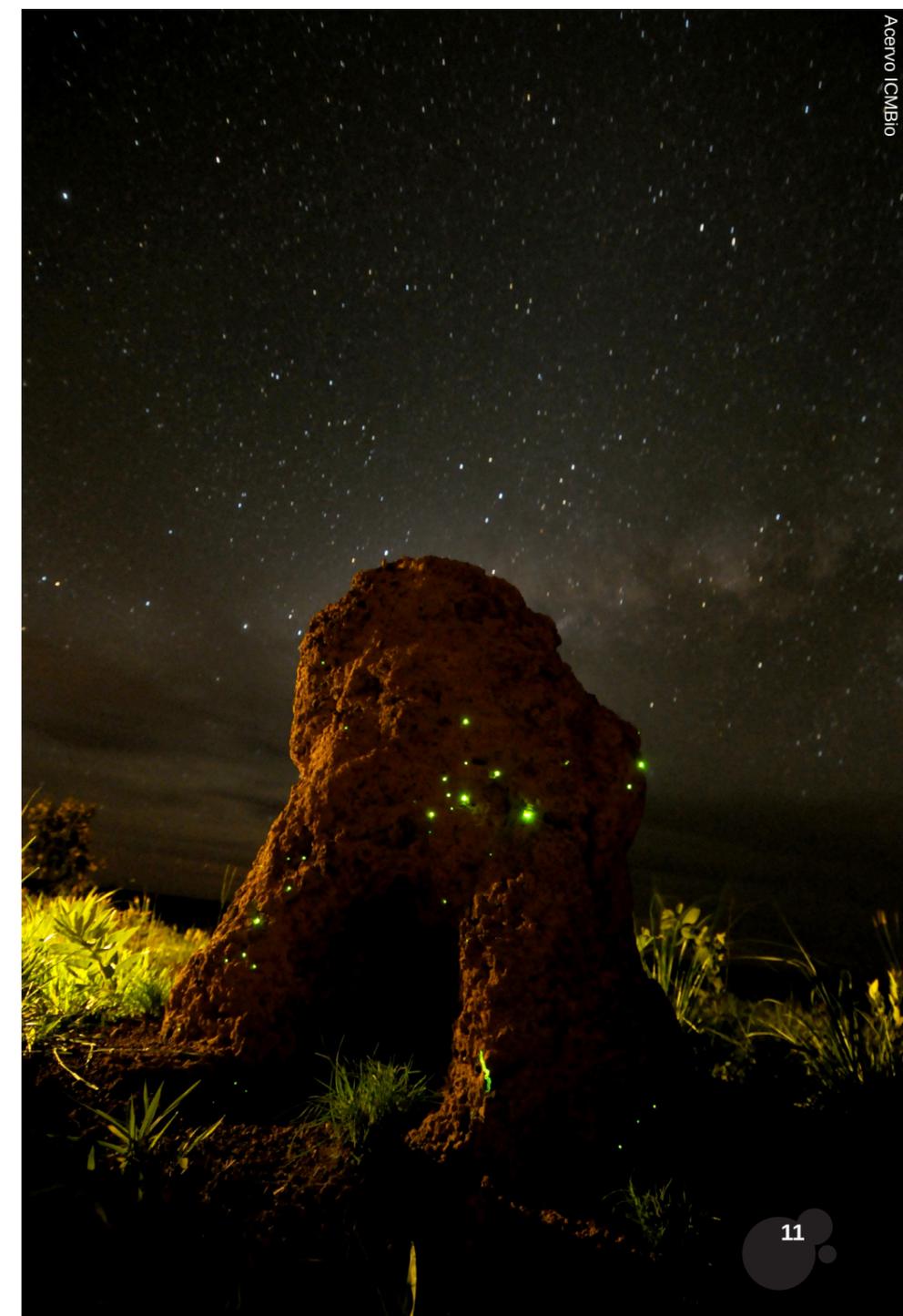
lógica, como o tatu canastra, a onça parda e a jaguatirica”, afirma o chefe da UC.

Em 2018, a unidade pretende plantar mais de 20 mil mudas de árvores nativas, também com a ajuda dos voluntários. O plantio de mudas nativas dará continuidade ao cordão verde que delimita o Parque Nacional das Emas. Desde 2012, já foram plantadas mais de 100 mil mudas nas bordas e outras 40 mil nas áreas próximas às nascentes dos rios Araguaia e Taquari. A UC também revitalizou a sinalização com a recuperação de placas, além de novo projeto de sinalização para as estradas internas e instalação de placas específicas para as principais trilhas.

Sobre o parque – Localizado no estado de Goiás, é uma unidade de conservação que apresenta diversas formas de Cerrado, como os campos limpos, campos sujos, veredas e matas ciliares. Além da paisagem característica, a observação de animais típicos do bioma, como tamanduá-bandeira, cachorro-do-mato, ema, anta e veado, é mais um atrativo para os visitantes. Durante o passeio, é interessante descer do carro e andar a pé para observar os bichos, os cupinzeiros espalhados por todo o parque, bem como inúmeras espécies de flores.

O Parque Nacional das Emas está situado em um dos extremos da Serra dos Caiapós e apresenta topografia plana com predominância de chapadões. A parte mais elevada chega a ter cerca de 800 metros de altitude. O período de seca no parque se estende de junho até setembro. Entre dezembro e março, as chuvas

são mais frequentes. A partir de setembro é comum a ocorrência de raios, muitas vezes causadores de incêndios, que às vezes dissipam-se com a própria chuva. Para evitar que esse fenômeno natural que integra o ciclo do Cerrado adquira proporções catastróficas, o parque é subdividido em várias áreas de acordo com as faixas de vegetação, cada uma com largura que varia de 25 a 100 metros.



# ICMBio define municípios de unidades descentralizadas

Na última terça-feira (16), foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) a Portaria ICMBio n.20, de 5 de janeiro de 2018, que define os municípios de sedes das unidades descentralizadas do ICMBio, bem como dispõe sobre outros assuntos (link para o DOU: <https://goo.gl/qZtNcE>). A Portaria trata de temas de grande importância para o Instituto e todo o seu quadro funcional. Por isso, o Comitê Gestor disponibilizou o conjunto de perguntas e respostas a seguir, para dirimir possíveis dúvidas sobre o teor do ato e seus desdobramentos.

## 1) O que motivou a Portaria?

A necessidade de identificar a localização das unidades descentralizadas, em especial das unidades de conservação.

## 2) Como foi o processo de construção da Portaria?

Foi um processo bastante complexo, dada a natureza do tema e a grande capilaridade do Instituto. A construção da Portaria se iniciou em janeiro de 2017, sob coordenação do GABIN/ICMBio e com a participação das Diretorias, da Procuradoria Federal Especializada e das Coordenações Regionais.

## 3) Qual a finalidade da norma?

A Portaria visa atender as necessidades institucionais quanto ao melhor local para o funcionamento das unidades neste momento; possibilitar o devido controle administrativo institucional; e promover maior segurança jurídica ao Instituto e aos servidores. Espera-se, ainda, dar maior transparência sobre o funcionamento das unidades do Instituto, o que possibilitará melhoria na comunicação intrainstitucional.

## 4) Quais as diferenças entre Sede, Base Avançada (BAV) e Base Operacional (BAP)?



## 5) Existe ato formal institucional que defina os municípios das Bases Operacionais (BAP)?

Não, essa será a próxima etapa de sistematização da informação.

## 6) O município de Sede da unidade não corresponde ao que consta nos Anexos I e II da Portaria. Como regularizar a situação?

Conforme Artigo 11 da Portaria, o procedimento será:

i. a unidade deve informar o desacordo à respectiva Coordenação Regional ou Diretoria de vinculação (no caso de Centros de Pesquisa e UAAF), por meio de Memorando, com a maior brevidade possível;

ii. a Coordenação Regional ou Diretoria de vinculação informará a Coordenação Geral de Gestão de Pessoas-CGGP e à Divisão de Gestão Estratégica e Modernização-DGEM, no prazo máximo de 90 (noventa) dias;

iii. a CGGP e DGEM realizarão as tratativas necessárias para a regularização da situação dos servidores no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, conforme previsto pelo § único do Artigo 1º.

## 7) A Base Avançada (BAV) da unidade não consta no Anexo III da Portaria. Como regularizar a situação?

Deverá ser obedecido o mesmo procedimento mencionado para a 'Pergunta 6', entretanto será necessário especificar as informações requeridas pelo artigo 6º da Portaria:

i. indispensabilidade ao desenvolvimento de atividades da unidade organizacional proponente; e

ii. que represente a melhor alternativa administrativa de otimização dos recursos institucionais para o desenvolvimento das atividades a que se propõe, com a devida comprovação.

## 8) Posso residir em município diferente daquele fixado como minha lotação e/ou exercício?

Sim, desde que os custos com deslocamento sejam particulares, e que seja devidamente cumprida a jornada de trabalho estabelecida. Ressaltamos que somente podem cumprir a jornada de trabalho em regime de escala os servidores de unidades que possuem a autorização específica, na forma dos normativos vigentes.

## 9) Qual o prazo para a completa implantação da Portaria?

A norma determina que a situação de lotação e/ou exercício de servidor que esteja em desconformidade seja regularizada em até 180 (cento e oitenta) dias.

## 10) Qual o procedimento de atualização do cadastro de endereço e contatos da unidade?

Neste primeiro momento, cada chefe de

unidade descentralizada ou seu substituto deverá responder ao **formulário para cadastro de endereço de unidades descentralizadas do ICMBio** até o dia 28/02/2018: <https://goo.gl/7Gaa2e>.

As informações serão organizadas em base de dados institucional.

A Coordenação Geral de Administração e Tecnologia da Informação (CGATI/DIPLAN) é a responsável pela manutenção do cadastro dos endereços e contatos das unidades.

### 11) O que é “Área de Abrangência territorial de exercício dos servidores”?

Mais da metade das unidades de conservação possui área em mais de um município, enquanto 36 UC têm seu território interfaceando cinco ou mais municípios. Assim, a extensão da área de abrangência contempla todos os municípios com os quais a UC, NGI ou UNA possui interface territorial. O estabelecimento de uma área de atuação do servidor ultrapassando os limites do município de sede e compreendendo toda a territorialidade da unidade de conservação se justifica pelo fato de que as suas responsabilidades técnicas e gerenciais se estendem por toda a área protegida, independentemente de qual seja o município no qual o território protegido se sobrepõe.

### 12) Observei a ausência de município(s) abrangido(s) pela unidade. Como regularizar a situação?

Os municípios que constam no Anexo I da Portaria como “municípios de abrangência da UC” são aqueles em que, em análise comparativa entre os shapefiles das unidades de conservação e dos municípios (fonte IBGE), se observou real sobreposição de territórios. Caso a unidade entenda que é relevante a inclusão de município faltante, solicitamos que seja informada a DGEM, por meio de Memorando, para adoção das providências cabíveis.

### 13) Qual a relação entre a “Área de Abrangência territorial de exercício dos servidores” e o pagamento de diárias por deslocamento dos servidores?

O §2º do artigo 58 da Lei n. 8.112/1990 estabelece que “nos casos em que o deslocamento da sede constituir exigência permanente do cargo, o servidor não fará jus a diárias”. Nesse sentido, a Portaria define, em seu artigo 8º, que os deslocamentos realizados dentro da área de abrangência territorial da unidade de exercício do servidor “constitui exigência permanente do cargo”, assim não há direito à diária. No entanto, em situações que determinem pernoite fora do município de lotação e/ou exercício, o servidor faz jus a diárias, de acordo com os procedimentos gerais do SCDP.

### 14) Qual o procedimento para estabelecimento de escala diferenciada da jornada de trabalho?

Tais procedimentos foram definidos pela Portaria Normativa nº 119, de 29 de novembro de 2010. A referida Portaria Normativa estabeleceu que as unidades de conservação e os centros de pesquisa, comprovada a necessidade do serviço, podem “excepcionalmente, comprovada a necessidade e a conveniência do serviço, e considerando as peculiaridades de suas atividades, à critério da administração, adotar horário de funcionamento e jornada de trabalho diversos do estabelecido nesta Portaria, desde que submetido a análise do Coordenador Regional e da Coordenação Geral de Gestão de Pessoas, sendo esta última responsável pela elaboração de ato a ser submetido à assinatura e aprovação do Presidente deste Instituto”.

### 15) Posso utilizar recursos e meios institucionais (tais como veículos) para deslocamento até minha residência?

Não, uma vez que o Decreto n. 6.403/2008, no inciso IV do artigo 8º, veda “o uso de veículos para transporte individual da residência à repartição e vice-versa”. Em casos excepcionais, conforme previsão do §4º do mesmo artigo, a unidade que possua tais necessidades deverá solicitar autorização à DIPLAN, por meio de Memorando a ser encaminhado à Coordenação Geral de Gestão de Pessoas.

# Instituto regulamenta turismo embarcado em Abrolhos

Marcello Lourenço



Parque Nacional Marinho dos Abrolhos recebe cerca de 5 mil visitantes por ano

As visitas ao arquipélago de Abrolhos, um dos destinos ecológicos mais fascinantes do Brasil, no litoral da Bahia, têm novas regras a partir de agora. O Instituto Chico Mendes passa a exigir o cadastro e a Autorização de Uso para as embarcações que operam o ecoturismo nessa unidade de conservação marinha.

Por ano, o Parque Nacional Marinho dos Abrolhos recebe aproximadamente cinco mil visitantes, que a bordo de embarcações podem desenvolver diversas atividades recreativas e educativas, como o mergulho (livre e autônomo), a caminhada no arquipélago e a observação de baleias. A Portaria do ICMBio, publicada no dia 11 de janeiro, estabelece normas e regulamentos para as atividades de visitação que ocorrem na UC. “A medida administrativa formaliza os critérios para visitação, estimula o ecoturismo e contribui para a segurança dos visitantes, assim como para a conservação do Parque Nacional Marinho”, explica Paulo Carneiro, diretor de Criação e Manejo de Unidades de Conservação do ICMBio.

Abrolhos é rota migratória e área de reprodução de várias espécies de baleias, que proporcionam um dos mais belos espetáculos naturais vistos no Brasil. O arquipélago possui excelentes pontos de mergulho, onde podem ser encontradas espécies que só existem na região de Abrolhos, como o coral cérebro, e formações coralíneas únicas no planeta, como os chapeirões, além da trilha na ilha da Siriba, onde podem ser observadas diversas espécies de aves marinhas.

Paulo Carneiro explica que o parque apre-

senta potencial e estrutura para expandir o número de visitantes, podendo se posicionar entre os mais visitados do Brasil, a exemplo do Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha, no litoral pernambucano. De acordo com o diretor do ICMBio, a visitação em unidades de conservação marinhas tem avançado muito nos últimos anos e, desde o ano passado, conta com mais um reforço: o Refúgio de Vida Silvestre do Arquipélago de Alcatrazes, criado em agosto de 2016 no litoral paulista. A estruturação da visitação em Alcatrazes está em andamento e, neste momento, a equipe da unidade trabalha na capacitação dos condutores que irão acompanhar os visitantes.

### NORMAS PARA VISITAÇÃO

Conforme a Portaria do ICMBio, embarcações não cadastradas e sem Autorização de Uso não terão acesso às águas do Parque Nacional Marinho de Abrolhos. O cadastramento, primeiro passo para a obtenção da autorização, será implementado nos próximos meses pela administração da UC. Além da documentação necessária para a navegação, demandada pela Capitania dos Portos, o ICMBio exigirá cadastro no Ministério do Turismo, declaração de compromisso com a legislação ambiental e as normas e regulamentos do parque, termo de reconhecimento de riscos inerentes às atividades e seguro obrigatório. “Com isso, será aprimorada a qualidade dos serviços oferecidos aos visitantes do parque”, avalia Paulo Carneiro.

Link para a Portaria: <https://goo.gl/JkmlK5>.

# Espaço Fiscalização

## Planejamento de ações de fiscalização 2018

A Coordenação de Fiscalização (Cofis) informa que o Planaf 2018 – Planejamento de Ações de Fiscalização – encontra-se aberto para inserção de operações até o dia 2 de fevereiro. Todas as ações de fiscalização, independentemente da natureza ou do tipo de custeio, deverão ser cadastradas via Planaf. A aprovação e reprovação das ações são de responsabilidade da Coordenação Regional, que comunicará às unidades quaisquer alterações que

se façam necessárias. Para planejamento de ações de fiscalização, acesse o espaço restrito da Intranet Institucional, menu CGPRO, botão Planaf. Para cada ação, deverá ser preenchido um formulário que gerará um documento em PDF da operação cadastrada (o responsável receberá o documento no e-mail cadastrado). Para mais informações, consulte o edital do Planaf (processo SEI 02070.012364/2017-91, documento 2252849) ou acesse a Intranet.

## Relatórios consolidados de ações de fiscalização

Os formulários on-line para elaboração dos relatórios consolidados das ações de fiscalização são acessados através da área restrita da Intranet institucional > CGPRO > Relatório de Consolidação de Operação de Fiscalização. De acordo com o Regulamento Interno da Fiscalização, Portaria nº 95 de 2012, para toda ação de fiscalização executada deverá ser elaborado um relatório de consolidação imediata-

mente após o término da operação. Já para as ações de rotina, poderá ser elaborado um único relatório consolidando períodos máximos de até dois meses. Os relatórios deverão ser encaminhados para a Coordenação Regional de vinculação, bem como para a Divisão de Monitoramento de Informações Ambientais (DMIF), para compilação das informações referentes aos autos de infração.

# CURTAS

## Arie Floresta da Cicuta comemora 33 anos

Uma das primeiras Áreas de Relevante Interesse Ecológico do Brasil, a Arie Floresta da Cicuta comemorou 33 anos no último dia 9. Situada entre os municípios de Barra Mansa e Volta Redonda (RJ), a Floresta da Cicuta foi criada com o objetivo de proteger e conservar um dos últimos remanescentes no Rio de Janeiro do tipo (fisionomia) de Mata Atlântica mais devastado de todo o bioma, a Floresta Estacional Semidecidual, além de servir como refúgio para importantes populações de espécies da fauna e flora regional.

Para o analista ambiental da UC, Sandro Leonardo Alves, a Arie Floresta da Cicuta encontra-se em seu melhor momento destes 33 anos de existência, com a implantação do Plano de Manejo, a renovação do Conselho Gestor, diversas pesquisas científicas em desenvolvimento, Programa de Voluntariado estruturado, ações rotineiras de fiscalização e

envolvimento da sociedade. Segundo Sandro, ao longo de 2017 a unidade recebeu 565 visitantes. "A Arie vem cumprindo plenamente com seu objetivo de conservação da biodiversidade e hoje é reconhecida, tendo se consolidado como um referencial ambiental, cultural e histórico", ressalta o analista.



UC protege 131 hectares de Mata Atlântica

## Homenagem ao colega Waldemar Vergara Filho



O ICMBio lamenta profundamente a perda do colega Waldemar Vergara Filho, falecido na última terça-feira (16). Defensor das populações tradicionais e das reservas extrativistas do salgado paraense, Vergara atuava como chefe da Resex São João da Ponta desde 2011.

*"Louvada seja a maré, que traz no ventre a flor da fé da porção semente. Só é pescador aquele que traz nas mãos o ofício do pescar, no coração o sentido do compartilhar e na cachola a razão do conservar. Somos metade gente e outra caranguejo, seguindo na corrente de um desejo. Nas nossas veias flui o sangue das tantas ceias vindas dos belos mangues."*

(Waldemar Vergara Filho)

# Parque Nacional da Serra do Itajaí (SC)





## ICMBio em Foco

Revista eletrônica

### Edição

Nana Brasil

### Projeto Gráfico

Bruno Bimbato

Narayananne Miranda

### Diagramação

Ramilla Rodrigues

### Supervisora da DCOM

Márcia Muchagata

### Colaboraram nesta edição

Beatriz Ribeiro – Parna do Viruá; Marcos Cunha – Parna das Emas; Iara Sommer – Cepene; Ramilla Rodrigues – DCOM; Carla Oliveira – DCOM; Roberta Freitas – DGEM/Gabin; Izabela Marinho – CGPRO/Diman; Ronilson Vasconcelos – Flona do Bom Futuro; Sandro Leonardo Alves – Arie Floresta da Cicuta.

### Divisão de Comunicação - DCOM

#### Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

Complexo Administrativo Sudoeste - EQSW 103/104 - Bloco C - 1º andar - CEP: 70670-350 - Brasília/DF Fone +55 (61) 2028-9280 [ascomchicomendes@icmbio.gov.br](mailto:ascomchicomendes@icmbio.gov.br) - [www.icmbio.gov.br](http://www.icmbio.gov.br)



MINISTÉRIO DO  
MEIO AMBIENTE

